



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 26 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 21 horas e 20 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: **Gustavo de Oliveira Andrade** (orientador), **Aline Figueiredo Hossem** (membro), **Flávio Luciano da Anunciação** (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**” da estudante **Michele de Jesus Cunha**, Matrícula nº **2018205221352667** do Curso de **Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância**. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TCC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Gustavo de Oliveira Andrade
Orientador/Presidente da Banca

Aline Figueiredo Hossem
Membro

Flávio Luciano da Anunciação
Membro

Michele de Jesus Cunha
Aca dêmico



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO- CIENTÍFICA

Tese (doutorado)
Dissertação (mestrado)
Monografia (especialização)
TCC (graduação)

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor: ¹Michele de Jesus Cunha

Artigo científico
Capítulo de livro
Livro
Trabalho apresentado em evento

Matrícula: 2018205221352667

Título do trabalho: DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

NÃO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 08/11 /2022.

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

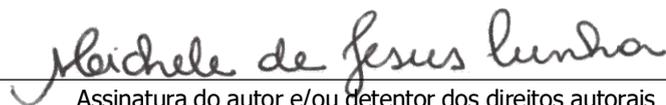
¹ Michele de Jesus Cunha

O(a) referido(a) autor(a) declara:

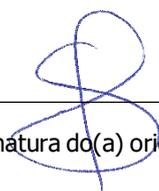
- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

08/11/2022

Iporá- Goiás


Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo: SIM


Assinatura do(a) orientador(a)

DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Michele de Jesus Cunha¹

Gustavo de Oliveira Andrade²

RESUMO: O presente artigo foi realizado com base na pesquisa bibliográfica, identificando desafios postos aos profissionais, as políticas públicas e, ainda, a precariedades do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Além disso, pretendeu-se também evidenciar contribuições das pesquisas acadêmicas no estado da arte do conhecimento sobre Educação Infantil. Como resultado, foram identificadas necessidades formativas e indicou-se suposições para esclarecer uma discussão curricular no que se refere à formação dos professores da educação Infantil, com perspectivas para a realização de projetos de formação e de supervisão. Convém lembrar que o momento vivenciado passa por diversas modificações, e uma das preocupações a respeito à educação, principalmente na educação infantil em que a criança está em processo de construção de conhecimento. O presente artigo apresenta uma reflexão a respeito da prática pedagógica do professor na educação infantil e sua relação com a legislação educacional. Observou-se que as dificuldades encontradas nos referenciais teóricos remetem a uma prática nas instituições de educação infantil ao longo de décadas, que o cuidar emite à ideia de assistencialismo e, educar à de ensino/aprendizagem. Em suma, foi ressaltada que os professores devem repensar constantemente sua prática docente, analisando os pontos positivos e negativos, a fim de buscar alcançar uma melhora significativa no processo de aprendizagem de seus alunos. A proposta deste trabalho baseia-se em uma pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Educação Infantil. Políticas públicas. Formação. Legislação Educacional

ABSTRACT: The present article was carried out based on bibliographical research, identifying challenges posed to professionals, public policies, and also the precariousness of the Undergraduate Degree in Pedagogy. Moreover, it also intended to highlight contributions from academic research on the state of the art of knowledge about Early Childhood Education. As a result, formative needs were identified and assumptions were indicated to clarify a curricular discussion regarding the formation of teachers of Early Childhood Education, with perspectives for the realization of formation and supervision projects. It is important to remember that the present moment is going through several modifications, and one of the concerns about education, especially in early childhood education, in which the child is in the process of building knowledge. This article presents a reflection on the pedagogical practice of the teacher in early childhood education and its relationship with the educational legislation. It was observed that the difficulties found in the theoretical references refer to a decades-long practice in early childhood education institutions, where caring is associated with the idea of assistance and educating with teaching/learning. In short, it was emphasized that teachers must constantly rethink their teaching practice, analyzing the positive and negative points, in order to seek to achieve a significant improvement in the learning process of their students. The proposal of this work is based on a bibliographic and documental research.

Keywords: Early Childhood Education. Public Policies. Education. Educational Legislation

¹ Graduando do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia (ept) na Modalidade a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano Campus Iporá. michele.cunha@estudante.ifgoiano.edu.br

² Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Mestrado profissional em Ensino das Ciências e atualmente é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Andrade.goliveira@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta as contribuições das Práticas Pedagógicas para a Educação Infantil, revelando a influência que estas representam para o desenvolvimento da identidade e autonomia da criança. Nesse eixo, é consideravelmente relevante a inserção de materiais concretos e/ou tecnológicos para o desenvolvimento da prática pedagógica.

Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e documental, que se originou da problemática a respeito da prática docente na Educação Infantil, levando em conta de que foi implantada no sistema educacional e reconhecida como primeira etapa da Educação Básica a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB) nº. 9.394/96, constituindo parte do projeto educativo brasileiro. Nessa conjuntura, as crianças passam a ter direitos, como o da Educação Infantil [e seus professores passam a ter direito à formação] vide art. 62 LDB. Porém, esses direitos não estão amplamente assegurados pelas políticas públicas,

A Educação Básica no Brasil “tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996). E está subdividida em três etapas: Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio estes devem ter base nacional comum, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos estudantes.

• EDUCAÇÃO INFANTIL

- Creche – para crianças de até 3 anos;
- Pré – escola – para crianças de 4 e 5 anos. •

ENSINO FUNDAMENTAL

- Anos Iniciais – do 1º ao 5º ano, englobando crianças de 6 a 10 anos;
- Anos Finais – do 6º ao 9º ano, com alunos entre 11 e 14 anos.

• ENSINO MÉDIO

- Três Anos – do 1º ao 3º ano, com alunos entre 15 e 17 anos.

Diante disso, durante a presente pesquisa explorou-se os conhecimentos que estão sendo produzidos, a fim de demonstrar quais as necessidades formativas da 1ª etapa da Educação Básica. Para a realização da pesquisa, foram analisados os trabalhos acadêmicos sobre Educação Infantil, Prática docente e Legislação Educacional, no período compreendido entre 2010 a 2021. Adotou-se o sistema de leitura dos resumos e das considerações finais para

posterior organização e análise dos dados. Nesse método, observaram-se as contribuições, as regularidades e as contradições dos trabalhos acadêmicos no que se refere às condições de trabalho docente, à formação do professor, ao cuidar-educar das crianças pequenas e às políticas públicas para a infância. Desse modo, foram investigadas as necessidades formativas dos profissionais que atuam com as crianças pequenas em creches e pré-escolas para evidenciar pressupostos para a formação inicial.

Este trabalho tem a finalidade demonstrar a relação entre a legislação e a prática pedagógica na educação infantil como elementos indissociáveis, pois a primeira tem como principal objetivo regular o sistema de educação no país, estabelecendo os direitos e padrões de execução das diretrizes, a fim de garantir que os alunos recebam um ensino de qualidade tanto em instituições públicas quanto privadas. Já a segunda tem por objetivo analisar como a formação do professor pode influenciar na aprendizagem do aluno dentro e fora de sala de aula.

Sabe-se que a docência na Educação Infantil é uma área que tem como preocupação os processos de ensino e de aprendizagem de alunos da mais tenra idade que estão estruturando o seu mundo por meio das experiências que lhe são facilitadas, em cada etapa do desenvolvimento das habilidades alcançadas no ambiente escolar. Diante o pressuposto observa-se que o educador tem papel importante para o desenvolvimento das habilidades e competências das crianças, pois esse profissional tem grande responsabilidade de ensinar conceitos básicos, como respeitar os colegas, saber esperar seu lugar na fila e sua vez de falar. Além disso, o educador ainda proporciona às crianças algumas experiências que as ajudam a desenvolver atenção e raciocínio, bem como a conviver com diferenças. Tudo isso deve ser feito de uma forma muito afetuosa, colocando-se como exemplo para os mais novos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/1996, os artigos 62 e 63 determinam a formação de professores para atuação na educação básica pelas universidades em cursos de licenciatura e graduação plena pelas universidades (BRASIL, 2016, p. 26), uma vez que o docente tem um importante papel na formação dos alunos desde a mais tenra idade. A Educação Infantil pode ser considerada:

No art.29. como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo o art.30 a Educação Infantil será oferecida em creches para crianças de até três anos de idade em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade. Já no art. 31. a avaliação na Educação Infantil será feita mediante acompanhamento e

registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao Ensino Fundamental. (BRASIL, 1996, p. 17)

É de suma importância destacar que a Educação Infantil possui um objetivo pedagógico quando se trabalha a educação associada com as experiências dos alunos, desenvolvendo assim o conhecimento infantil e ampliando por meio de atividades que tenham significado concreto para a vida das crianças, garantindo um melhor aprendizado. Por isso faz-se necessário que os docentes na educação Infantil priorizem a organização e aplicação das atividades contribuindo assim para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos.

Sabe-se que a prática docente possui um vasto material para a aquisição de saberes teórico. Diante disso, Pimenta (2000, p. 17) postula que os saberes pedagógicos podem contribuir com a prática, ao serem trabalhados a partir de problemas enfrentados na execução do ensino aprendizagem, e desse modo criar se interdependência entre os saberes teóricos e experienciais, uma vez que as práticas pedagógicas consistem em um componente necessário para a aprendizagem, visto que é por meio delas que os docentes podem tornar as aulas mais atrativas e assim ajudar as unidades escolares a concretizar o objetivo de ensino-aprendizagem dos educandos.

Madeira (2010, p. 74) sinaliza que a contribuição teórica dos saberes da docência são plurais e diversificados. Deste modo eles unificam os conhecimentos da formação profissional: os disciplinares, os curriculares e os experienciais. A autora ainda aponta que a prática docente desenvolvida para a educação infantil deve conter uma pedagogia que valorize a criança e a sua diversidade para que a mesma desenvolva sua individualidade, porém sem submetê-las a modelos pré-estabelecidos de infância. Desse modo

[...] a organização de situações de aprendizagens orientadas ou que dependem de uma intervenção direta do professor permite que as crianças trabalhem com diversos conhecimentos. Estas aprendizagens devem estar baseadas não apenas nas propostas dos professores, mas, essencialmente, na escuta das crianças e na compreensão do papel que desempenham e experimentam [...]. (BRASIL, 1998, p. 30)

Piaget (1979, p. 16) defende que “as crianças são as próprias construtoras ativas dos conhecimentos, constantemente criando e testando suas teorias com ação transformadora”. Portanto, é nesse sentido que iremos analisar a prática pedagógica na educação infantil, dos sujeitos que instituem o trabalho docente, da relação docente e discente, da postura necessária para vivenciar um trabalho educativo voltado para as crianças nessa primeira etapa da educação básica.

A Legislação Brasileira possui três leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo elas a Lei nº 4.029/1961, a Lei nº 5.692/1971 e a Lei nº 9.394/1996, que está vigente atualmente. Já no art. 4º fica estabelecido que o Estado é responsável pela educação escolar, entre elas temos: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete)

anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio”(BRASIL, 1996). Dessa maneira fica instituído que a educação é assegurada a todos, conseqüentemente, é um direito garantido pela constituição, sendo assim o Estado tem a obrigação de fornecer condições necessárias para afiançar uma educação de qualidade.

A legislação da educação pode ser considerada como o corpo ou conjunto de leis referentes à educação, seja ela estritamente voltada ao ensino ou às questões à matéria educacional, como, por exemplo, a profissão de professor, a democratização de ensino ou as mensalidades escolares (MARTINS, 2022)

Institui-se a pré-escola entre os três níveis de ensino que fazem parte da educação básica obrigatória que o Estado e deve ser gratuita. Já no inciso II, apresenta outro trecho que tem por objetivo oferecer a “educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;” (BRASIL,1996). A recomendação da educação infantil em creches e pré-escolas, como também do ensino fundamental, está apontado no art. 11 onde diz que:

...é uma responsabilidade dos municípios e que só é permitida sua atuação em outros níveis de ensino “quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.” (BRASIL, 1996, p. 14)

De acordo com o art. 18 o ensino sob a responsabilidade deve incluir: “I- as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantida pelo Poder Público municipal; II - as instituições de educação infantil criada e mantidas pela iniciativa privada; III – os órgãos municipais de educação.” (Brasil, 1996). Deste modo é garantido o ingresso às unidades de ensino tanto publica como privada, e as mesmas devem garantir igualdade de condições necessárias para permanência na escola, assim como garantir o direito de serem respeitados por todos.

Nesse contexto, o artigo 31 da Constituição Federal fica determina que:

A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; I - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60%(sessenta por cento) do total de horas; V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 1996, p. 23)

Já a Lei nº 13.257/2016, também conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, foi a primeira lei brasileira que se refere especificamente sobre a primeira infância. E o art. 2º: “considera- se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança” (BRASIL, 2016).

2. 1. HISTÓRIA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A formação de professores data do século XVII, porém, era uma polêmica, uma vez que os professores eram preparados para instruírem a classe popular, visto que essa classe era responsável pelo trabalho nas fábricas. Uma ação institucional só foi acontecer no século XIX, depois da Revolução Francesa, quando se percebeu a necessidade de formar professores. Diante disso, foi necessário regularizar a profissão de professor, sendo planejada a atuação desse novo profissional.

O importante dessas reformas para a profissão docente foi que nelas se forjou uma nova classe trabalhista e delas também saiu a primeira legislação portuguesa-brasileira para a educação de que se tem notícia. Entender a gênese da profissão docente é localizar a formação de uma categoria profissional levando em consideração a sua importância, os motivos para surgimento, a força da nomenclatura e a importância na consolidação de um plano para além de pedagógico, mas com fortes vieses sociais, políticos e econômicos (Barbosa; Filho, 2013, p. 12).

No Brasil, no desenrolar do período colonial, inicialmente não se preocupou com a formação de professores, pois, nos colégios jesuítas eram realizadas aulas de Régias, é definido como o modelo educacional determinado pelo governo real português através da reforma pombalina, descontinuando a educação por meio dos jesuítas visando a reformulação do ensino “cuja a intenção objetivava suprimir a formação religiosa e o duplo poder do qual eram investidos os professores – padres jesuítas: catequizar e instruir” (OLIVEIRA; RAMALHO, 2002, p. 2). Apenas com a chegada da Família Real portuguesa ao território brasileiro, que aconteceu a obrigatoriedade de criar os primeiros cursos superiores. Com a publicação do Ato Adicional de 1834 que declarava que as províncias deveriam ser responsáveis pelo ensino primário, porém constatou-se a necessidade de formar professores para suprir essa nova demanda.

Inicia-se destacando que o conceito defendido atualmente para a infância, foi construído com o passar dos anos, pois, de acordo Ariès (1914, 1984) “[...] na idade medieval a criança era vista como adulto em miniatura”, não era valorizado socialmente, a relação de aprendizagem era oferecida no seio familiar. Somente na idade moderna que ela é aceita como um ser importante na sociedade, transferindo à escola o papel de educá-la, tornando evidente a importância do professor no processo de ensino/aprendizagem.

Visando à preparação de professores para as escolas primárias, as Escolas Normais preconizavam uma formação específica. Logo, deveriam guiar-se pelas coordenadas pedagógico-didáticas. No entanto, contrariamente a essa expectativa, predominou nelas a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico. (SAVIANI, 2008, p. 144).

Observando como é necessário a formação de professores para essa nova questão, o Rio de Janeiro, então capital do território brasileiro, implantou a primeira Escola normal.

Porém, estas escolas tinham grandes despesas e afetaram os cofres públicos, na visão política da época elas se tornaram ineficientes, pois formavam poucos alunos. Logo, em 1849 a primeira escola de formação docente do Brasil foi fechada, sendo reaberta somente dez anos mais tarde.

Ao longo de muitos anos, a Educação Infantil não tinha um lugar de destaque na formação da criança, nos séculos XVII e XVIII a criança era tida somente como um membro familiar, as mesmas aprendiam as tarefas necessárias para a sua sobrevivência e participavam das tradições culturais locais. Nesta época foram criadas as instituições assistenciais que tinham o objetivo de suprir as necessidades da criança e ao mesmo tempo tinha a finalidade de auxiliar as mulheres que estavam iniciando no mercado de trabalho – fábricas - assim como as viúvas.

Encravada entre a família e a escola, a creche oscila entre as funções e significados dessas duas outras instituições tão bem demarcadas no interior da sociedade. Na verdade, é com a família que a creche mais tem disputado e buscado conquistar espaço, na medida em que essa é a instituição tradicionalmente encarregada de cuidar e de educar a criança pequena. Por isso mesmo a creche tem geralmente sido identificada como uma instância destinada a suprir a lacuna que resulta da incapacidade da família em cumprir sua função. Ressalta-se, assim, na história dessa entidade uma forte conotação assistencialista que insiste em manter-se presente até os dias de hoje. (MERISSE, 1997, p. 25).

Somente em 1988, que a educação infantil foi oficializada no papel, com sua legalização pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e mais adiante em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação infantil passa a ser definida como primeira etapa da Educação Básica, conquistando um espaço de fundamental importância na vida das crianças.

A Constituição Federal descreve a legitimidade para as crianças. O artigo 227 estabelece, mais amplamente, os direitos da infância brasileira:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.137)

A Constituição Federal (CF) de 1988 reconhece o dever do Estado e o direito da criança de ser atendida em creches e pré-escolas, relacionando esse atendimento à área educacional. A CF estabelece a inclusão da creche no capítulo da Educação, evidenciando seu caráter educativo, em detrimento do caráter assistencialista até então característico dessa instituição.

Em 1996 a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) evidencia a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica, devendo a mesma ser ofertada em Creches e Pré Escolas para as crianças até cinco anos. Com isso, surge a obrigação da educação

infantil na etapa da Pré-Escola. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009), resolução CNE/CEB nº 5/2009 em seu artigo 4º, afirma que a criança é:

Sujeito histórico e de direitos, que nas interações de relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2009, p.1).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) estabelece como objetivo o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Conforme as DCNEI (2009), em seu artigo 9º salientam que:

Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e as brincadeiras, vivências nas quais as crianças se apropriam dos conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e os adultos, possibilitando aprendizagem, desenvolvimento e socialização (DCNEI, 2009, p. 9).

Pode-se observar condições importantes que são destacados como base de direitos para a aprendizagem e desenvolvimento infantil, dentre elas: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Considerando que crianças aprendem por meio de situações que lhes permitem realizar ativamente funções nas vivências desafiadoras e a sentirem-se provocadas a resolvê-las, construindo significados reais sobre si, os outros e o mundo social e natural em que se encontram. É através dessas aprendizagens, que ocorre o estímulo do processo de desenvolvimento natural ou espontâneo, da mesma forma que estão diante da necessidade de praticar as práticas pedagógicas. Tanto na fase creche como na fase pré-escola, o professor precisa promover o pleno desenvolvimento da criança e as competências destinadas de acordo com as propostas apresentadas para a Educação Infantil.

Em 1994, o MEC publica o documento Política Nacional de Educação Infantil, que determina metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a qualificação dos profissionais da educação. Com o passar do tempo a educação infantil passa a ser vista como a junção do educar e cuidar. A lei 9.131/95 art.3º propõe que:

[...] III – As Instituições de Educação Infantil devem promover em Suas Propostas Pedagógicas práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivo cognitivo-linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível (CEB, 1994, p. 18).

A LDB nº. 9.394/96 apresenta a necessidade de formação de docentes para a Educação Infantil, quebrando com os resquícios da história da própria Educação Infantil, a qual não exigia profissionais formados para a educação das crianças pequenas. O Decreto nº. 3.276/1999 (BRASIL, 1999) estabelece que a formação para Educação Infantil e para os anos iniciais, aconteceria, exclusivamente, em cursos normais superiores. O termo

“exclusivamente” foi substituído pelo “preferencialmente”, no momento em que a alteração é dada pelo Decreto nº. 3.554/2000 (BRASIL, 2000).

De 1999 a 2005, percebe-se por parte do Ministério de Educação e do Conselho Nacional de Educação no que se refere às diretrizes para o Curso de Pedagogia não houve atenção necessária para o desenvolvimento do mesmo. Apenas em 2005 foi publicado o Parecer CNE/CP nº. 05/2005 que estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2005). Já em 2006, com a Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 de maio de 2006, determinou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade de licenciatura (BRASIL, 2006).

2. 2. POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Ao longo do estudo, pode-se identificar alguns avanços a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei nº. 8.069/90 e da LDB nº. 9.394/96, como o fato das crianças serem consideradas “Sujeitos de direito”. Avalia-se como avanço, a Política Nacional de Educação Infantil: o direito das crianças de zero a seis anos à Educação - MEC (2006), onde aponta que as atribuições de cuidar e educar passa para as instituições de educação das crianças pequenas, e que demandam às políticas públicas ações e estratégias para consolidação dos direitos, entre eles o da Educação Infantil.

Com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil através do Parecer CNE/CEB nº. 22/98 e Resolução CNE/CEB nº. 1/99 e sua revisão no Parecer CNE/CEB nº. 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº. 5/2009 apresenta-se uma visão de criança como sujeito histórico e de direitos, incluíram as creches e pré-escolas como espaços institucionais que compõem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que tem por objetivo educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno.

No entanto, pode-se observar que o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) teve impacto desfavorável pelo fato de não ter atribuído recursos da educação para a Educação Infantil, esse importante fato só veio a ser corrigido com o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que dividiu os recursos para a Educação Infantil e outras modalidades como o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. Apenas em 2009 que todas as crianças matriculadas na Educação Infantil foram consideradas no repasse dos recursos federais.

Da mesma maneira, identificou-se como desafio a necessidade de concretização do projeto educativo e dos direitos das crianças, oferta de vagas em creche e pré-escola para a matrícula de todas as crianças, uma vez que as instituições de Educação Infantil como espaço de educação coletiva, visam à construção de uma sociedade democrática. Todavia, as funções de cuidar e educar, o desenvolvimento do projeto educativo também se constitui como desafios aos profissionais envolvidos com a educação das crianças pequenas. É preciso lembrar que as políticas públicas ainda tem o objetivo de zelar pelas condições das famílias para manter seus filhos nas escolas e quanto à institucionalização da infância, cujo objetivo é diminuir as desigualdades entre as populações infantis.

Vale ressaltar que, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil defendem a educação infantil como:

[primeira] etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2010, p. 12).

Compreende-se então que o documento normativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já era antecipada na LDB 9394/96, no PNE/2014 e na Constituição Federal do Brasil de 1988. Entretanto, para a sua elaboração atuaram várias entidades dos setores público e privado. Contudo, antes da criação da BNCC, existiram dois documentos direcionados para a educação infantil: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998), que objetiva o desenvolvimento integral da criança, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009), que, propõem desenvolver integralmente, o cuidar e o educar da criança, servindo de fundamentação teórica para a BNCC. Compreende-se então que, o RCNEI está concentrado nos conteúdos que crianças orientarão e será parte das experiências das, as DCNEI e a BNCC têm o objetivo voltado para que a criança seja protagonista de sua própria história, uma vez que as DCNEI/2009 defende a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2009, p.12).

É interessante reiterar que com a elaboração desse documento, o intuito foi oferecer melhores condições para a educação básica do país, e assim, minimizar e/ou erradicar as diferenças no ensino e na forma como ele é transmitido/ensinado nas diversas regiões brasileiras. A BNCC assegura os direitos, ainda que vivamos em um país com tantas diferenças econômicas e sociais, que todas as crianças/alunos têm de aprender e se

desenvolver, e isso independem da localidade em que estudam (CAMPOS; BARBOSA, 2015).

O conceito de currículo defendido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil-DCNEI (BRASIL, 2010) evidencia a ação mediadora da instituição de Educação Infantil como a responsável por associar as experiências e saberes das crianças com os conhecimentos presentes culturalmente. O currículo requer a organização de diversos aspectos, o que deve ser responsabilidade dos educadores (CEZARI; SOUSA; CUNHA, 2016).

Tais sugestões, no entanto, devem estar apropriadas ao que determina a própria base, servindo de norte para os docentes e demais profissionais da área educacional na construção de seus planejamentos e metodologias, visto que é necessário incluir a parte diversificada durante a elaboração dos planejamentos de ensino, de acordo com cada localidade, assegurando aos discentes que seus direitos de uma aprendizagem democrática sejam efetivados.

2. 3. PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Define prática docente como o saber-fazer em sala de aula, ou seja, é propriamente como o professor elabora e desenvolve sua metodologia de acordo com as necessidades educativas da turma de Educação Infantil, apresentando o objetivo de estar sempre inovando em sua prática. Diante disso, observa-se que um bom docente da Educação Infantil deve ser aquele que sempre está pesquisando, refazendo, criticando e inovando, para que a sua prática docente esteja sempre sendo atualizada e dessa maneira, seja mais competente em seu trabalho educativo. Como enfatiza Tardif:

Tudo leva a crer que os saberes adquiridos durante a trajetória pré-profissional, isto é, quando da socialização primária e, sobretudo quando da socialização escolar, têm um peso importante na compreensão da natureza dos saberes, do saber fazer e do saber ser que serão mobilizados e utilizados em seguida quando dá socialização profissional e no próprio exercício do magistério (TARDIF, 2002, p. 69).

É fundamental compreender a importância da competência profissional desse docente, uma vez que esta está conectada com sua formação (inicial), por meio dos conhecimentos aprendidos e também através das experiências do cotidiano. Assim, uma prática docente direcionada para a Educação Infantil, inclui o processo de ensino e aprendizagem que distingue as crianças da maneira como elas são, sem obrigá-las a modelos de ensino que já estão prontos e/ou pré-estabelecidos, levando assim, à sua natureza infantil,

ou seja, uma prática que permite que a educação seja adequada às suas necessidades de desenvolvimento pessoal e social.

É importante salientar que é na etapa da educação infantil em que a criança criará condições que vão interferir de diretamente no cidadão que ela irá tornar-se. Diante desse pressuposto é necessário considerar o tempo e o espaço da criança respeitando-a como ser ativo no processo de aprendizagem, apto a desenvolver conhecimentos, sendo indispensável que a ação pedagógica valorize os conhecimentos prévios que as crianças levam para a sala de aula, mediando uma troca de experiências e descobertas que criem condições para os alunos tornarem-se agentes ativos de sua formação. Desse modo, faz-se:

[...] necessária a preparação dessa etapa educacional de maneira séria e eficaz onde deva partir da identidade própria da criança, é fundamental proporcionar experiências diversas a ela, tudo é experimentável e benéfico para a infância. É preciso atender as políticas para a educação infantil, considerar a realidade da criança de forma ampla, percebendo suas especificidades, ouvir o educador, a escola o aluno e a família nas suas limitações, e estar sempre aberto para uma avaliação continua. (SILVA, 2010, p. 42)

Compreende-se, então, que o trabalho do docente demanda um ato reflexivo e crítico, segundo Freire (2009), “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É refletindo criticamente a prática de agora ou de ontem que se pode aprimorar a próxima prática” (FREIRE, 2009). Conforme Freire apresenta, o professor deve estar sempre se aperfeiçoando para aprimorar sua Prática Docente, o mesmo estará buscando melhores métodos de ensino.

A formação continuada é de suma importância para os educadores por várias razões. Primeiro, a forma como os alunos aprendem mudou nas últimas décadas. Os alunos não se sentam mais em filas tradicionais nas salas de aula para receber instruções apenas do professor.

Diante disso, Imbernón garante que:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto avaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. (2001 p.48-49).

Portanto, os professores devem estar atentos às melhores práticas de ensino para atender às necessidades dessa nova geração de alunos. Por isso Garcia postula que:

A formação apresenta-se nos como um fenômeno complexo e diverso sobre o qual existem apenas escassas conceptualizações e ainda menos acordo em relação às dimensões e teorias mais relevantes para a sua análise. [...] Em primeiro lugar a formação como realidade conceptual, não se identifica nem se dilui dentro de outros conceitos que também se usam, tais como educação, ensino treino, etc. Em segundo lugar, o conceito formação inclui uma dimensão pessoal de desenvolvimento humano global que é preciso ter em conta face a outras concepções eminentemente técnicas. Em terceiro lugar, o conceito formação tem a ver com a capacidade de formação, assim como com a vontade de formação (GARCIA, 1999, p. 21-22)

Mediante os fatos expostos, é importante repensar a prática pedagógica praticada, pois alguns docentes escolhem repetir o método de ensino o qual foram ensinados, restituindo seus alunos meros reprodutores. Encontram-se, professores que buscam inovar, no entanto, as condições de trabalho que são submetidas não permite essa inovação. Em contrapartida, existem aqueles que procuram e conseguem métodos de ensino inovadores.

De acordo com o que afirma Pimenta (2000, p. 83) a prática pedagógica como o “[...] conhecimento técnico prático de como garantir que a aprendizagem se realize como consequência da atividade de ensinar” (PIMENTA, 2000, p. 80). Diante do que foi dito, pode-se descrever que a prática pedagógica na educação infantil, desenvolve-se por meio das ações do docente na sala de aula para organizar os conteúdos que serão passados para os alunos. Nesse sentido nota-se a necessidade da prática pedagógica do professor agregada a definição das políticas educacionais em relação a criança. Conforme o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil,

[...] o principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos (BRASIL, 1998, p. 27).

Desse modo, o professor que desempenha práticas que estimulem as condições citadas aproxima-se a fazer aulas mais vantajosas e produtivas para o aprendizado das crianças, sendo indispensável notar que os métodos de ensino, refletem constantemente sobre sua postura em sala de aula. De acordo com o que afirma Junkes:

[o] olhar do professor para o seu aluno é indispensável para a construção e o sucesso da sua aprendizagem. Isto inclui dar garantia as suas ideias, valorizar sugestões, analisar, acompanhar seu desenvolvimento e demonstrar acessibilidade, disponibilizando diferentes conversas. É preciso ter clareza de que cada aluno é diferente um do outro, com diferentes retornos da aprendizagem. Cabe aos professores verem como eles se desenvolvem, dentro de seus limites, mas sempre motivando e estimulando-os com mediação e propostas pedagógicas diferenciadas, que despertem a curiosidade e interesse por parte das crianças (JUNKES, 2013, p. 5).

Mediante os fatos expostos, pode-se perceber que práticas inovadoras fazem as aulas fascinantes e atrativas. Assim as crianças ficam à vontade num ambiente em que são valorizadas, respeitadas e bem acolhidas, qualidades essas comumente em práticas inovadoras. Em contrapartida, ficarão desconfortáveis em ambientes que não as apreciam e tão pouco as deixam livres para serem o que são, considerando seu comportamento errado e inaceitável, sendo características de práticas retrógradas que tendem a serem desinteressantes e tornam as aulas menos produtivas. Em vista disso, pode-se concluir que o professor, por ser um intermediário entre a criança e o que ela irá aprender, detém a responsabilidade de garantir

um ambiente carregado de habilidade criadora e prazerosa, motivando um desenvolvimento satisfatório.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado por meio de levantamentos bibliográficos, elaborado a partir de material já publicado, principalmente de artigos, de livros e artigos de autores, pensadores e filósofos e materiais disponibilizados na Internet. A respeito da prática pedagógica na Educação Infantil e levando em conta a importância da legislação educacional como norteadora do processo educativo. A pesquisa foi qualitativa, que permitiu reconhecer a realidade do público alvo e assim agir sobre ela, a fim de identificar os problemas e possíveis soluções, buscando alternativas que favoreçam o aprendizado do mesmo. Segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2005. P. 20),

O trabalho abordou a temática das políticas públicas, com foco na prática docente, sendo realizada em três etapas: busca por referenciais teóricos no Portal CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online), seleção por relevância do tema e análise de conteúdo. Na segunda etapa, realizou uma seleção dos resumos que contemplou os principais critérios estabelecidos. E, por fim, foi estudado cada artigo selecionado. O levantamento realizado teve como foco o período compreendido entre 2010 a 2021, a fim observar os possíveis impactos que a Legislação tem sobre a prática docente, e que esta possa trazer para informações para a discussão e elaboração do artigo.

Realizou-se uma análise dos resumos de todos os trabalhos encontrados, excluindo-se aqueles que não sugeriram vinculação entre as expressões de políticas públicas, formação do docente e prática docente. Segundo Bardin (2009) “nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermos nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante”. Deste modo, houve o recorte dos descritores e relevância ao tema, voltado para a realidade brasileira. Assim, foi utilizada a abordagem quantitativa, tendo como critério inicial selecionar o número expressivo de publicações do tema em foco. Ao mesmo tempo, remeter à

qualitativa, pois após a seleção quantitativa, houve a preocupação em qualificar e selecionar os textos para posterior análise e tratamento dos dados coletados.

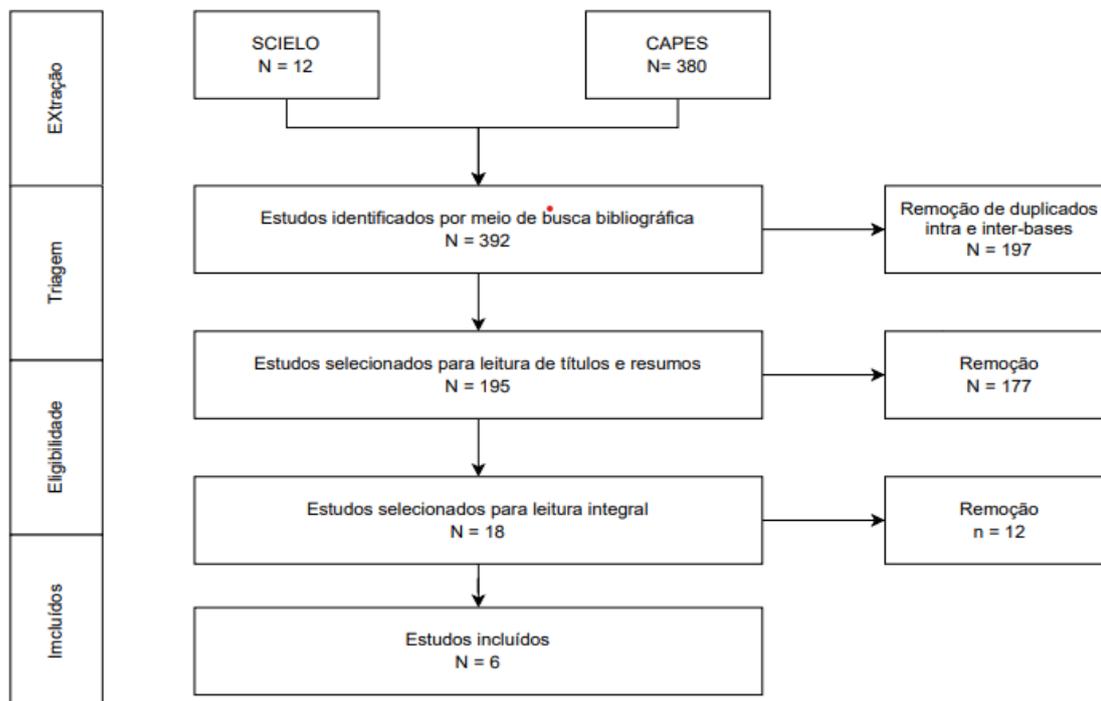
Dessa forma, os critérios usados para seleção dos textos que foram analisados são: a literatura estar vinculada à formação inicial do professor, às políticas educacionais e as práticas docentes. Além disso, deverá tratar da formação de professores para educação infantil. Portanto, a análise de conteúdo foi definida como uma técnica de tratamento de dados de pesquisa, voltada para uma análise objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo de "comunicações" (textos). E após a leitura dos artigos, foram sistematizados os textos de acordo com as categorias que seguiram os termos ou expressões dos descritores de busca. Foi realizada uma descrição e posterior discussão e, em seguida, buscou-se as implicações dos estudos para as práticas docentes de acordo com a legislação educacional, principalmente, para as novas contribuições científicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, observou-se que o professor é o principal agente de aplicação da BNCC na educação infantil. Além disso, percebe-se que é na execução da prática pedagógica que os docentes superam os desafios que surgem ao longo da carreira e isso faz com que eles desenvolvam as competências dos alunos e ao mesmo tempo cresçam na prática pedagógica diferenciada. É fundamental que o educador esteja em constante formação, além de poder refletir de modo mais crítico sobre a sua prática pedagógica a fim de conciliar a BNCC com as exigências pedagógicas da educação infantil.

Em seguida, constatou-se a importância dos campos de experiências propostos pela BNCC na prática docente. Esta, por sua vez tem um papel indispensável na educação infantil visto que eles estimulam a mudança conceitual onde a criança não é um mero receptor das mensagens e ensinamento, nota-se que nessa perspectiva as crianças são capazes de produzir Cultura. Ao longo dos artigos analisados observou-se que vários autores destacam a importância da prática docente no desenvolvimento do ensino aprendizagem na educação infantil. Inicialmente foram encontrados 392 artigos nas duas bases pesquisadas. Após análise dos artigos, foram removidos os artigos em duplicidade restando assim 195 artigos para estudo. Em seguida foi realizada a leitura dos títulos e resumos e com esse filtro sobraram 18 artigos e por último, após a leitura integral do artigo foram selecionados seis destes conforme apresentado na Figura 1: Fases da pesquisa bibliográfica.

Figura 1: Fases da pesquisa bibliográfica



Fonte: Michele (2022)

Além dessas bases de dados, há um número expressivo de outras bases que tratam desses assuntos. O importante no momento de decidir pesquisar é seguir os passos que delineiam a pesquisa bibliográfica levando em consideração os dados mais relevantes.

4.1. Estratégias pedagógicas utilizadas no processo ensino-aprendizagem

De acordo com Petrucci e Batiston (2006, p. 263), a palavra estratégia está, historicamente, ligada à arte militar no planejamento das ações a serem executadas nas guerras, e, atualmente, largamente utilizada no ambiente empresarial. Porém, os autores admitem que:

[...] a palavra ‘estratégia’ possui estreita ligação com o ensino. Ensinar requer arte por parte do docente, que precisa envolver o aluno e fazer com ele se encante com o saber. O professor precisa promover a curiosidade, a segurança e a criatividade para que o principal objetivo educacional, a aprendizagem do aluno, seja alcançada.

Diante disso, o uso do termo “estratégias de ensino” refere-se aos meios utilizados pelos docentes na articulação do processo de ensino, de acordo com cada atividade e os resultados esperados. Anastasiou e Alves (2004, p. 71) advertem que:

As estratégias visam à consecução de objetivos, portanto, há que ter clareza sobre aonde se pretende chegar naquele momento com o processo de ensinagem. Por isso, os objetivos que norteiam devem estar claros para os sujeitos envolvidos – professores e alunos – e estar presentes no contrato didático, registrado no Programa de Aprendizagem correspondente ao módulo, fase, curso, etc...

Luckesi (1994) defende que os procedimentos de ensino geram implicações para a prática docente: para se determinar procedimentos de ensino com certa precisão, é

imprescindível ter clara uma proposta pedagógica. É necessário compreender que os procedimentos de ensino escolhidos ou construídos são mediações da proposta pedagógica e metodológica, necessitando estar estreitamente articulados; se a finalidade é que efetivamente a proposta pedagógica se traduza em resultados concretos, tem-se que escolher ou levantar procedimentos que acarretem resultados, ainda que parciais, entretanto complexos com a dinâmica do tempo e da história; ao lado da proposta pedagógica, o docente deve lançar mão dos conhecimentos científicos disponíveis; permanecer constantemente em alerta para o que se está fazendo, avaliando a atividade e tomando novas e subsequentes decisões.

Na metodologia de ensino-aprendizagem, diversos são os fatores que interferem nos resultados esperados: as condições estruturais da instituição de ensino, as condições de trabalho dos docentes, as condições sociais dos alunos, os recursos disponíveis. Outro fator é que as estratégias de ensino utilizadas pelos docentes devem ser capazes de motivar e de envolver os educandos ao ofício do aprendizado, deixando claro o papel que lhe cabe.

Tabela 1: Estratégias Pedagógicas

AUTOR(ES) / ANO	OBJETIVO	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
Lima, Sérgio e Souza (2012)	O objetivo foi analisar a prática docente das professoras e suas concepções acerca da educação infantil, bem como as contribuições dessa prática no desenvolvimento das crianças. Com base em estudos de importantes teóricos que abordam e fundamentam a prática pedagógica como fazer fundante e estruturante do processo ensino aprendizagem, refletimos sobre a prática docente na educação infantil.	Como procedimento metodológico, o campo empírico foi uma escola da Rede Municipal, duas salas de aulas, duas professoras. Utilizamos a observação participante e a entrevista semiestruturada com o uso do diário de campo. A análise dos dados apontou que possivelmente pela prática das professoras estarem baseadas numa concepção sóciointeracionista com diferentes estratégias de aprendizagens, favorece o desenvolvimento das crianças nessa etapa da Educação Básica.	Pudemos concluir que os encontros para estudos e organização da prática docente têm um rebatimento significativo no trabalho das professoras. As formas e conteúdos selecionados tanto pela professora A quanto pela professora B, atendem as especificidades e necessidades dos alunos no seu contexto sócio cultural, oportunizando através das diferentes práticas aprendizagens significativas, bem como o desenvolvimento dos aspectos físico, psicomotor, intelectual e social.
Costa (2018)	O objetivo foi propor uma reflexão sobre a temática Os desafios e as especificidades da prática docente do profissional que atua na Educação Infantil, considerando que a docência na Educação Infantil têm especificidades diferentes das outras etapas da educação básica, tanto no que se	. A metodologia utilizada nesta pesquisa é de cunho qualitativo com pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica e documental teve como fonte livros, artigos, teses, documentos legais e pedagógicos relacionados ao tema. A produção de dados da pesquisa de campo, realizou-se a partir de um questionário online com	Não é possível apenas com esta pesquisa concluir se a docência na Educação Infantil é realmente diferente da docência no Ensino Fundamental, pois seria necessária uma pesquisa com os professores desta etapa, e a experiência que tive não poderia ser tão relevante quanto a experiência dos educadores do Ensino

	<p>refere as políticas públicas e organização das instituições, quanto a própria ação docente, que deve considerar as singularidades desta etapa a fim de assegurar o cumprimento dos direitos das crianças. Diante disso, faz-se necessário analisar e investigar como se constitui a docência na Educação Infantil, bem como, quais são os seus desafios e suas especificidades.</p>	<p>professoras da rede pública e privada do município de Erechim-RS. No total participaram da pesquisa nove profissionais, sendo cinco professoras da rede pública e quatro da rede privada. Dessa forma, o estudo inicialmente apresentou o percurso histórico da Educação Infantil no Brasil e no município de Erechim, por meio das principais leis e políticas públicas educacionais. Em seguida, buscou-se abordar a função da Educação Infantil, o processo de construção da sua identidade educativa, o perfil profissional do docente e o contexto da ação pedagógica nesta etapa.</p>	<p>Fundamental. Porém acredito que o fato da Educação Infantil hoje ter um currículo organizado e normatizado por Diretrizes próprias (Resolução CNE/SEB n.5/2009 e Parecer CNE/CEB n.20/2009), garante a ela suas especificidades, princípios, concepções e exigências próprias, o que difere a atuação docente de outras etapas.</p>
Both e Bissoli (2019)	<p>O objetivo foi enfatizar o importante papel do coordenador pedagógico para enriquecer o processo educativo escolar, que deve ser objeto de trabalho de um conjunto de profissionais, em articulação com as famílias e comunidades. Para tanto, é fundamental que o pedagogo conheça efetivamente a realidade escolar e que se aproprie do Projeto Político Pedagógico da escola e de conhecimentos teóricos para atuar organizada e intencionalmente na perspectiva da práxis.</p>	<p>Analisou, sob a luz da Teoria Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, elementos do trabalho educativo desenvolvido em 2014, com crianças da pré-escola de uma escola pública municipal de Manaus, Amazonas. A observação participativa em uma turma frequentada por vinte crianças de 4 e 5 anos de idade e o Grupo Focal com três professoras da pré-escola foram os instrumentos principais da pesquisa de campo. O estudo demonstra que o trabalho educativo, categoria central dessa pesquisa, foi predominantemente caracterizado pelo pragmatismo e espontaneísmo, o que contribui para a manutenção do acentuado estado de desumanização de professores e crianças.</p>	<p>Portanto, cada vez mais necessário que aprimoremos a nossa formação para identificar e atuar intencionalmente nas brechas oriundas das contradições que marcam a realidade. Do nosso ponto de vista, é urgente e necessário intensificar nossas ações para que a educação escolar cumpra com seu papel na socialização dos conhecimentos mais elaborados, a partir da Educação Infantil. Eis o compromisso e o desafio!</p>

Fonte: Michele (2022)

Observa-se que essa categoria demonstrada na tabela 1 descreve os artigos que investigaram as estratégias pedagógicas no método de ensino-aprendizagem na educação

infantil. É preciso considerar que as práticas pedagógicas que os professores necessitam seguir em sala precisam está incluso do dia-a-dia do seu educando, pois além da influência familiar, a criança também possui conhecimentos prévios onde o docente necessita explorar esses conhecimentos para uma boa prática.

Para tanto, as Práticas Pedagógicas conduzidas pelos docentes da Educação Infantil se tornarão indispensáveis para que o mundo das crianças e suas características sejam respeitados, interferindo assim não somente no cidadão que ela irá se tornar, mas também no processo de aprendizagem na sala de aula. Desse modo, a escolha de qualquer prática docente deve sempre ter um olhar cuidadoso do professor para a criança, procurando sempre atender às necessidades, seguindo práticas que aceitem a sua realidade social e cultural, oferecendo total importância aos conhecimentos prévios levados para à aula.

4.2. As políticas públicas da prática docente na educação infantil

As políticas educacionais são instrumentos de ação que garantem a execução das diretrizes no âmbito da educação de um país, sendo muito importante na garantia de uma universalização do acesso e da qualidade do ensino oferecido nas escolas, independentemente do estado ou município.

O Ministério da Educação (MEC) sobre educação integral, “o direito à educação de qualidade é um elemento fundamental para a ampliação e a garantia dos demais direitos humanos e sociais, e condição para a própria democracia”. Para garantir o direito a educação, portanto, são necessárias políticas públicas que promovam a universalização do acesso, permanência e aprendizagem na escola, considerando o respeito às diferenças e a redução das desigualdades.

Tabela 2: Políticas Públicas da prática docente

AUTOR (ES) / ANO	OBJETIVO	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
Reis e Ostetto (2018)	O objetivo foi perscrutar sentidos e discutir contribuições da formação continuada para a prática pedagógica da educação infantil.	O material biográfico, configurando dados principais da pesquisa, foi gerado por meio de entrevistas narrativas que contemplaram aspectos relacionados à ação docente: fundamentos da educação infantil, conteúdos, objetivos, conhecimentos necessários à ação docente, fatores relacionados à sua	Foram apontados estudos e investigações sobre formação de professores que corroboram a importância de narrar a experiência, de compartilhar fazeres e saberes, de pensar sobre a prática, de contar histórias vividas na profissão. As narrativas possibilitam o entrelaçamento das vidas

		aprendizagem e das crianças, papel do professor. Tomando como eixo de análise a relação entre teoria e prática presente nos percursos formativos docentes, os resultados apontam questões conceituais e formais, relacionadas a propostas de formação continuada: a formação continuada é percebida como lugar de pensar e refletir, de compartilhar saberes e experiências; não pode ser apenas repasse de metodologias, mas espaço-tempo de estudo; teoria e prática são articuladas quando são colocados em diálogo o cotidiano e as referências bibliográficas.	do narrador e do ouvinte que, ao compartilharem relatos, podem tanto reinterpretá-los quanto recriá-los consoante as suas próprias formas de pensar, sentir e agir. Essa indicação e perspectiva, constatamos, é muito potente para a formação de professores.
Duarte (2012)	O objetivo foi abordar os fundamentos legais que garantem à criança o direito público, subjetivo à educação e, deste modo, aponta-se alguns pressupostos imprescindíveis ao desenvolvimento infantil à luz da Teoria Histórico-Cultural. Este estudo nos permitiu compreender a inserção da Educação Infantil no sistema educacional englobando o regime de colaboração nas diferentes instâncias União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, identificar quais são as especificidades infantis necessárias à formação do cidadão que se apropriou da riqueza cultural disponível em nosso tempo.	A organização didática do presente texto sugere, inicialmente, breve historicização da Educação infantil no Brasil, na segunda parte abordam-se as legislações brasileiras pertinentes à infância a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988; no terceiro momento, busca-se enfatizar a tríade cuidar-educar-protger como elementos norteadores do respeito à infância e à criança em todas as dimensões de formação humana. Em seguida, finaliza-se com reflexões desenvolvidas e refenciação dos autores que muito contribuíram para materialização deste trabalho.	Contribuir para que a primeira etapa do ensino seja reconhecida como essencial na vida escolar de qualquer criança, impulsionando a formulação e a implementação de políticas, que valorizam e corroboram para a qualidade da formação profissional. “A Constituição de 1988, pela primeira vez, estabeleceu que a Educação Infantil é um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado” Assim percebeu-se a dissociação entre legislação e realidade, um dos aspectos da contradição.
Nascimento, Gurgel e Almeida (2017)	O objetivo foi apresentar os avanços alcançados na Educação Infantil á luz da legislação a partir da Constituição de 1988, chegando aos contextos de discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	Utilizamos de revisão documental e bibliográfica e nos aportes teóricos de Carvalho (2005), Oliveira (2002), Kishimoto (2016) entre outros. Desse modo, a pesquisa revelou que o avanço nas conquistas legais no que refere a ampliação do direito das	embora as conquistas no campo de legislação tenham sido amplas, a materialização dessas conquistas ainda precisam ser efetivadas por quem de fato e de direito são os responsáveis, pois nas vivências cotidianas

	(DCNEI – Brasil (2010)) e de breves apontamentos sobre a BNCC.	crianças no acesso, permanência e qualidade nas instituições educacionais foram definidores para a melhoria da qualidade da Educação Infantil.	percebe-se ainda práticas pedagógicas influenciadas por “métodos do século passado” do mesmo modo, seria desonesto negar, que há também práticas inovadoras, desafiadoras e significativas que são semeadas no solo pedregoso dessa longa estrada. Na prática e no chão da escola a teoria sem a prática é falácia e a prática sem teoria é intuição, não EDUCAÇÃO.
--	--	--	---

Fonte: Michele (2022)

A tabela 2 descreve as investigações sobre as políticas públicas da prática docente na educação infantil. Após analisar os artigos voltados para a prática pedagógica e as políticas públicas, faz-se necessário questionar a respeito dos estudos descritos nessas duas categorias referidas acima.

Por isso, torna-se indispensável, por parte dos professores, repensar sua prática de ensino, avaliando pontos positivos e negativos, para que possa se chegar a uma melhoria significativa no processo de ensino aprendizagem de seus alunos. É necessário oferecer oportunidades para que as crianças compartilhem de forma ativa no processo de construção do seu mundo.

Com a constituição federal de 1988, sua vantagem no campo da educação, principalmente no que diz respeito à educação infantil, é a garantia do direito das crianças pequenas ao atendimento educacional em creches e pré-escolas, o que levou à superação dos aspectos provisórios do cuidado infantil. Observa-se que esta lei pode ser considerada como condição para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que:

[...] também contribui para a educação das crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos na qual se expressa como principal aporte do reconhecimento na educação infantil como primeira etapa da educação básica, o que significou na prática, a exigência de que os municípios transferissem para a esfera educacional a responsabilidade pelas redes de creches e pré-escolas existentes. Como efeito a essa exigência, nasce a obrigatoriedade de docentes para atuarem na educação básica, com formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (LDB 9394/96, art. 62).

É importante destacar que a qualidade da educação está ligada tanto à formulação de políticas públicas quanto à garantia das condições necessárias para realizar a prática docente a

fim de proporcionar uma educação de qualidade para todas as crianças. O principal a se pensar é a formação contínua dos professores da educação infantil de uma forma que integre e respeite as especificidades das crianças.

Diante desse fato, percebe-se que a formação continuada dos professores, faz com que o docente se torne aluno, uma vez que eles buscam novas técnicas para fazer com que suas aulas sejam uma troca de conhecimento, tornando-as assim mais produtivas e atrativas para os alunos, uma vez que os docentes tem a função de transmitir experiências, fazendo com que os discentes busquem o aprendizado de forma dinâmica, para compreensão do que se aprende em sala de aula. Assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN) – 9394/96 Art. 61, estabelece que:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos :1º- a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; 2º aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituição de ensino e outras atividades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação educacional é fundamental para regular o sistema de educação no país. Estabelecer direitos e padrões de funcionamento são o primeiro passo para garantir que a população receba um serviço de qualidade tanto em instituições públicas quanto privadas. As políticas educacionais se originam em leis instituídas pelo Poder Legislativo, nas três esferas – federal, estadual e municipal. A forma como a população participa da elaboração de leis educacionais é por meio dos conselhos de políticas públicas para debaterem as demandas.

As práticas pedagógicas que os docentes devem aplicar em sala de aula devem fazer parte do cotidiano de seus alunos, pois além da influência da família, a criança também possui seus conhecimentos prévios, onde o professor deve explorar esses conhecimentos para uma boa prática. O educador deve contar com novos métodos para responder às necessidades das crianças na escola, visto que o professor tem um papel importantíssimo no ensino-aprendizado do aluno.

Cabe aos professores dessa modalidade levar em conta suas responsabilidades nesse processo de construção e formação. É importante que tenham consciência da importância do papel que desempenham na vida dessas crianças e procurem respeitá-las com todas as suas especificidades sem menosprezá-las, desacreditá-las ou considerá-las incapazes de saber produzir. As crianças não são seres incapazes, devem ser vistas como pessoas em processo de construção do aprendizado, e como sujeitos ativos nesse processo de construção do conhecimento.

As práticas pedagógicas adotadas pelos educadores da infância tornaram-se essenciais para que suas especificidades sejam respeitadas, intervindo também não só nos futuros cidadãos que se tornam, mas também no seu processo de aprendizagem na aula. Portanto, a escolha de uma prática docente deve sempre partir de um olhar minucioso do professor sobre a criança, buscando satisfazer suas necessidades, adotando práticas adequadas à realidade social e cultural da criança. Desse modo o professor não é detentor do conhecimento, mas faz parte de um processo permanente desenvolvimento educacional com seus alunos, em busca de métodos inovadores, atrativos e produtivos que possam ser vivenciados no cotidiano da escola.

Os métodos tradicionais acabam não sendo suficientemente atrativos, e muitas vezes até um tanto quanto desagradáveis ou não atendem às expectativas das crianças. Diante de tudo isso, é necessário que os professores repensem constantemente sua prática docente, analisem os pontos positivos e negativos, a fim de alcançar uma melhora significativa no processo de aprendizagem de seus alunos. É importante dar às crianças a oportunidade de participar ativamente na construção de seu mundo.

A partir da realização desse trabalho de investigação bibliográfica apresenta-se a importância da Prática Pedagógica interligada com a Legislação Educacional, além da presença de um profissional qualificado na educação infantil para o desenvolvimento da criança. Dessa forma, estes profissionais possuem o papel de transformar o simples ato de brincar em um trabalho pedagógico eficaz, sendo assim catalisadores de um método de ensino que tem como principal premissa o aprendizado dos alunos.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Estratégias de ensinagem**. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, 2004. p. 67-100

ARIÈS, P., 1914-1984. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. [reimpr.]. Rio de Janeiro: LCT, 2012

BARBOSA, S. R. S.; FILHO, G. G. S. Política educacional pombalina: a reforma dos estudos menores e a mudança no método de ensinar. **VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação**, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo Lisboa**: Edições 70, 2009.

BOTH, I. I.; BISSOLI, M. F. **Formação docente e trabalho educativo na educação infantil**: algumas reflexões. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 57, p. 1-18, e13538, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n57.13538>. Acesso em: 03 de mar de 2022

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28/08/2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEF, 1998.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Bases Legais. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil**. v.1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEB, 2006. . BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Política nacional de educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 03 de mar de 2022

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 24 de mar de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União, de 26 de junho de 2014, nº120-A. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28/08/2021.

BRASIL. **Avanços do Marco Legal da Primeira Infância**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-doarcolegal-da-primeira-infancia>. Acessado em: 31/08/2021.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 abr. 1999.

_____. Presidência da República. **Constituição 1988: Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 24 de mar de 2022.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Infantil. MEC/SEF/DPE/COEDI**. Brasília, 1994.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96)**. Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF,1998.
BRASIL.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09. Brasília, 2009.

CAMPOS, R.; BARBOSA, M. C. S. **BNC e educação infantil: quais as possibilidades?** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 353-366, jul./dez. 2015.

CEZARI, E.; SOUSA, J. S. C.; CUNHA, R. S. **A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: conceitos e propostas de um currículo.** Revista Observatório, Palmas, v. 2, Especial 2, p. 456-475, outubro. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2Especial2p456>. Acesso em: 20 de mar de 2022.

COSTA, A. C. P. **A Docência na Educação Infantil: o desafio de ser docente sem dar aulas.** 2018. 67 p. Trabalho de conclusão de curso de graduação (Licenciada em Pedagogia) - Universidade Federal da Fronteira do sul, ERECHIM, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2503/1/COSTA.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.

DICIONÁRIO ON LINE DE PORTUGUÊS. **Significado de Legislação.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/legislacao/>. Acesso em: 30/08/2021.

DUARTE, L.F. Desafios e Legislações na Educação Infantil. **IX ANPED SUL 2012:** Seminário de pesquisa em Educação da região sul, UNIOESTE, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa.** Porto: Porto Editora 1999.

IMBERNÒN, F. **Formação docente e profissional: forma-se para mudança e a certeza.** São Paulo: Cortez, 2001

JUNCKES, R. C. **A prática docente em sala de aula: Mediação Pedagógica.** Anais... V SINFOP, Campus Universitário de Tubarão, 2013. Disponível em: Acesso em: 16 mar. 2017.

LIMA, R.C.; SÉRGIO, M. C.; SOUZA, A. C de. **A prática docente do professor da educação infantil: contribuições para o desenvolvimento das crianças.** Disponível em: <file:///C:/Users/55649/Downloads/9032-Texto%20do%20artigo-22185-1-10-20120402.pdf>. Acesso em: 01 de set de 2021.

LIMA, R. C.; SÉRGIO, M. C.; SOUZA, A. C. A prática docente do professor da educação infantil: contribuições para o desenvolvimento das crianças. **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-graduação Educação: Currículo**, Revista e-

curriculum, v. 8, ed. 1, p. 1-24, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> Acesso em: 21 mar. 2022.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994. MARION, José Carlos; MARION, Arnaldo Luís Costa. Metodologias de ensino na área de negócios. Para cursos de administração, gestão, contabilidade e MBA. São Paulo: Atlas, 2006.

MADEIRA, M. Z. de A., LIMA, M. da G. S. B. **O significado da prática docente na constituição do saber ensinar das professoras do curso de enfermagem da universidade federal do piauí, 2010**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XmpGHFfyLk8fwwkzBXNjBnm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de jan de 2022.

MARTINS, V. **O que é Legislação Educacional**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/579/O-que-e-Legislacao-Educacional>. Acesso em: 01 de fev de 2022.

MERISSE, A. (et all). **Lugares da infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997

NASCIMENTO, L. F.; GURGEL, T. F.; ALMEIDA, L. T. A educação infantil no contexto da legislação brasileira: reflexões históricas e repercussões atuais. **XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: EDUCERE**, [s. l.], 2012. DOI ISSN 2176-1396. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26812_13988.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

OLIVEIRA, J. P. G.; RAMALHO, B. L. **Aulas Régias na Capitania do Grão-Pará (1759 – 1808)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: História e Memória da Educação Brasileira. 2., 2002, Curitiba. Resumos... Curitiba: EdUFRN, 2002. p. 1-9.

PETRUCCI, V. B. C.; BATISTON, R. R. **Estratégias de ensino e avaliação de aprendizagem em contabilidade**. In: PELEIAS, Ivam Ricardo. (Org.) Didática do ensino da contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIAGET, J. **Aprendizagem e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

REIS, G. A. S. Vasconcelos.; OSTETTO, L. E. **Compartilhar, estudar, ampliar olhares: narrativas docentes sobre formação continuada**. Educ. Pesqui. [online]. 2018, vol.44, e180983. Epub Aug 27, 2018. ISSN 1517-9702. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201844180983>. Acesso em: 01 de jan de 2022.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, M. E. **A Importancia da Educação Infantil para o desenvolvimento e a Aprendizagem da criança**: 2010

SILVA, A. L. **Gestão Democrática: A ação do colegiado escolar como estratégia de democratização da gestão em escolas de educação básica de Salvador**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2010. 133p.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.69, 2002.